



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE  
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

1. O CARTÃO DE RESPOSTAS deve ser assinado pelo candidato e o TIPO DE PROVA deve ser indicado, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo.
2. Quando autorizado pelo fiscal da sala, confira se o caderno contém: 40 questões de múltipla escolha, com quatro opções cada: a, b, c e d; 1 questão discursiva, com espaço para o rascunho na prova.
3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. Reclamações posteriores não serão aceitas.
4. Preencha com atenção e letra legível o campo de identificação contido na parte inferior desta página.
5. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.
6. A duração da prova é de 3 (três) horas, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e entregue o caderno de provas e as folhas de respostas das provas objetiva e discursiva.
9. Por motivo de segurança, somente durante os 60 (sessenta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS.
10. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do caderno de prova ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.
11. A divulgação do gabarito e a abertura dos prazos para interposição de recursos serão realizados pelo site <http://www.mpf.mp.br/rn/estagie-conosco/concursos-de-estagio/2023>

**BOA PROVA!**

CPF

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

NOME

### DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Segundo a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

O princípio que confere à a Administração Pública o poder-dever de controlar seus próprios atos, revendo-os e anulando-os quando houverem sido praticados com alguma ilegalidade é o:

- a) Princípio da Razoabilidade.
- b) Princípio da Impessoalidade.
- c) Princípio da Autotutela.
- d) Princípio da Moralidade.

2. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I) Os órgãos da Administração Direta não possuem personalidade jurídica própria.
  - II) A Administração direta é exercida unicamente pelo poder Executivo.
  - III) A descentralização administrativa se dá a partir da divisão de competências efetivada na intimidade de uma mesma pessoa jurídica, sem quebra da estrutura hierárquica, não havendo a criação de pessoa jurídica ou transferência de atribuições a uma já existente, mas apenas divisão de tarefas entre os órgãos da própria pessoa jurídica, seja ente político ou ente administrativo.
- a) Está certa apenas a afirmativa I
  - b) Estão certas as afirmativas I e III
  - c) Estão certas as afirmativas I e II
  - d) Estão certas as afirmativas II e III

3. São princípios que devem ser respeitados pela Administração Pública na condução

dos processos de licitações, **EXCETO**:

- a) Princípio da vinculação ao instrumento convocatório
- b) Princípio da legalidade
- c) Princípio da publicidade
- d) Princípio do julgamento subjetivo

4. A lei de improbidade administrativa (Lei Federal nº 8.429/92) recentemente sofreu importantes modificações a partir da edição da Lei nº 14.230/2021, o que causou relevante impacto no ambiente jurídico nacional. Assinale a alternativa **CORRETA** acerca da atual regulamentação da improbidade administrativa no nosso ordenamento jurídico.

- a) Em se tratando de ato de improbidade que enseje enriquecimento ilícito (art. 10 da Lei nº 8.429/92), este pode ser praticados tanto por conduta dolosa quanto culposa.
- b) O agente político não é considerado agente público para fins de responsabilização por ato de improbidade administrativa.
- c) A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de improbidade prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- d) A lei de improbidade administrativa é aplicável apenas aos chamados agentes públicos, de modo que os agentes privados, mesmo que concorram dolosamente para a prática do ato ímprobo, não poderão sofrer as sanções previstas da Lei nº 8.429/92, respondendo apenas civilmente por seus atos.

5. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A responsabilidade civil do Estado é absoluta e não admite excludentes de responsabilidade.

- b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- c) Não se admite a responsabilidade civil do Estado por omissão, uma vez que a ausência de conduta não pode gerar o dever de indenizar.
- d) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva e baseia-se na teoria do risco integral.

6. Qual dos entes abaixo **NÃO FAZ PARTE** da Administração Pública Indireta?

- a) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- b) Banco do Brasil
- c) Caixa Econômica Federal
- d) Controladoria-Geral da União

#### PROCESSO CIVIL

7. A respeito das normas fundamentais do processo civil previstas no Código de Processo Civil, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) O princípio da razoável duração do processo não tem previsão expressa na constituição nem no Código de Processo Civil.
- b) Em nenhuma hipótese será proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- c) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade. Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a

presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

- d) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados pelas partes, inclusive o Ministério Público, exceto por juízes.

8. Marque a alternativa **CORRETA** sobre a competência no Código de Processo Civil:

- a) Determina-se a competência no momento do primeiro despacho proferido pelo juízo.
- b) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto nas hipóteses de matérias previstas em lei.
- c) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- d) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

9. Marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
- b) Nas hipóteses de modificação de competência, a reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento.
- c) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.

- d) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, mas não pode ser declarada de ofício.
10. Marque a alternativa **INCORRETA**:
- a) A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- b) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público poderá somente ofertar parecer, sem poderes para produzir provas ou recorrer.
- c) O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos.
- d) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.
11. Sobre as ações constitucionais, assinale a assertiva **INCORRETA**:
- a) O prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança tem início com a ciência inequívoca do ato lesivo pelo interessado.
- b) Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto no Código de Processo Civil.
- c) Conceder-se-á *habeas-data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, bem como para a retificação de dados.
- d) De acordo com a Constituição Federal, qualquer cidadão ou estrangeiro residente no Brasil é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, entre outras hipóteses.
12. Marque a alternativa **CORRETA**:
- a) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará nulo o ato mesmo se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- b) A tutela provisória fundamenta-se apenas na urgência, podendo, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- c) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, mas a nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.
- d) Dependerão de provas os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
13. A respeito dos recursos, marque a alternativa **CORRETA**:
- a) Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- c) O recurso adesivo é insubordinado ao recurso principal.
- d) As súmulas vinculantes devem ser observadas apenas pelos juízes, não alcançando os tribunais.

#### DIREITO CIVIL

14. Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- a) Salvo disposição em contrário, a lei revogada restaura-se por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- b) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na

aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas, sendo que tais instrumentos terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão.

- c) Não conhecendo a lei estrangeira, deverá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.
- d) Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos intrínsecos do ato.

15. Assinale a alternativa **CORRETA** considerando o que dispõe a doutrina civilista e o Código Civil vigente a respeito das pessoas naturais, das pessoas jurídicas, personalidade, capacidade e direitos da personalidade:

- a) O nascituro é considerado juridicamente pelo direito brasileiro como dotado de personalidade.
- b) A emancipação voluntária é ato unilateral de concessão realizado pelos pais, em pleno exercício da autoridade parental, mediante instrumento público, independente de homologação judicial, desde que o menor já tenha completado dezesseis anos.
- c) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- d) A personalidade civil liga-se ao homem desde seu nascimento com vida, independentemente do preenchimento de qualquer requisito psíquico.

16. A respeito dos negócios jurídicos, atos ilícitos e sobre os institutos da prescrição e da decadência, no Código Civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) A simulação é causa de nulidade do negócio jurídico.
- b) As causas de nulidades dos negócios jurídicos, por configurarem matéria de ordem pública, podem ser alegadas por qualquer interessado e também pelo Ministério Público.
- c) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- d) Não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes.

17. Assinale a alternativa em que uma obrigação *propter rem* está corretamente qualificada.

- a) Contribuição do condômino para a conservação da coisa comum.
- b) Partilha de bens entre os herdeiros legítimos.
- c) Adimplemento da obrigação alimentar pelo alimentante.
- d) Quitação do preço convencionado em contrato.

18. Assinale a alternativa **CORRETA** que contenha os elementos que devem estar sempre presentes na responsabilidade civil:

- a) conduta, dano e dolo
- b) conduta, dano e culpa
- c) nexa causal, conduta e dano
- d) nexa causal, conduta e culpa

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

19. Conforme restou decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ACO 843/SP, Rel. para acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 05/06/2020, a competência para dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público Federal e de Ministérios Públicos estaduais é:

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Procurador-Geral da República.
- d) Conselho Nacional do Ministério Público.

20. De acordo com o texto expresso da Constituição Federal, as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País:

- a) devem ser processadas e julgadas pela primeira instância da Justiça Federal, sendo cabível, em face de sentença proferida por esta, a interposição de recurso ordinário a ser processado e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) devem ser processadas e julgadas pela primeira instância da Justiça Estadual, sendo cabível, em face de sentença proferida por esta, a interposição de apelação a ser processada e julgada pelo Tribunal de Justiça respectivo.
- c) devem ser processadas e julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) devem ser processadas e julgadas pela primeira instância da Justiça Federal, sendo cabível, em face de sentença proferida por esta, a interposição de apelação a ser processada e julgada pelo Tribunal Regional Federal respectivo.

21. Quanto à acumulação remunerada de cargos públicos, é correto afirmar que:

- a) é lícita a referida acumulação de dois cargos de professor, mesmo que não exista compatibilidade de horários.
- b) a proibição de acumular não abrange sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- c) em sede de Repercussão Geral, o Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que, nas situações jurídicas em que a Constituição Federal autoriza a

acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido.

- d) é lícita a acumulação de um cargo de professor com o cargo de técnico judiciário.

22. De acordo com a Jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal, em relação ao controle concentrado de constitucionalidade, é correto afirmar que:

- a) a entidade de classe, de âmbito nacional, ainda que não represente a totalidade de sua categoria profissional, é legítima para propositura das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade.
- b) o Tribunal de Justiça pode julgar ação direta de inconstitucionalidade contra lei municipal tendo como parâmetro a Constituição Federal, desde que seja uma norma de reprodução obrigatória pelos estados.
- c) o Governador de Estado, ainda que afastado cautelarmente de suas funções em razão do recebimento de denúncia por crime comum, é legítimo para propositura das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade.
- d) a quebra do decoro parlamentar pela conduta ilegítima de malversação do uso da prerrogativa do voto pelo parlamentar enseja o reconhecimento da inconstitucionalidade formal no processo de reforma constituinte, mesmo que o número alegado de votos comprados não seja suficiente para comprometer o resultado das votações ocorridas na aprovação das emendas constitucionais.

23. Com relação à disciplina constitucional dos partidos políticos, é correto afirmar que:
- a) os partidos políticos devem aplicar no mínimo 10% (dez por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
  - b) os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Supremo Tribunal Federal.
  - c) os partidos políticos possuem autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
  - d) o montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 40% (quarenta por cento), proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário.
24. Quanto à proteção constitucional ao sigilo bancário e fiscal, de acordo com a Jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens abaixo especificados:
- I) É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da Unidade de Inteligência Financeira e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil - em que se define o lançamento do tributo - com os órgãos de persecução penal para fins criminais sem prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional.
  - II) O compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da Unidade de Inteligência Financeira e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios.
  - III) Diante da existência de indícios de prática de ilícitos penais com verbas públicas, o Ministério Público pode solicitar diretamente à instituição financeira cópias de extratos bancários e microfilmagens da conta corrente da municipalidade, além de fitas de caixa, para a apuração do real destino das verbas.
  - IV) O poder do Ministério Público de requisitar informações bancárias de conta corrente de titularidade da prefeitura municipal não compreende, por extensão, o acesso aos registros das operações bancárias realizadas por particulares, a partir das verbas públicas creditadas naquela conta.

- a) todos os itens acima estão corretos.
- b) apenas os itens I, II e III estão corretos.
- c) apenas os itens I e II estão corretos.
- d) apenas os itens III e IV estão corretos.

25. Quanto ao mandado de segurança, julgue os itens abaixo especificados:

- I) De acordo com o texto expresso da Constituição federal, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:
    - a) partido político com representação no Congresso Nacional;
    - b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos seis meses, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
  - II) A jurisprudência atual e majoritária do Supremo Tribunal Federal não admite a impetração de writ contra ato jurisdicional, salvo em hipóteses excepcionais, nas quais a decisão se mostre teratológica e inexista recurso para a sua impugnação.
  - III) O prazo para a impetração de mandado de segurança possui natureza decadencial, peremptória, improrrogável, com vencimento no dia correspondente ao termo final. .
  - IV) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) inexistência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.
- a) todos os itens estão errados.
  - b) estão corretos apenas os itens II, III e IV.
  - c) estão corretos apenas os itens II e III.
  - d) está correto apenas o item IV.

## DIREITO PENAL

26. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- b) a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- c) norma penal em branco são as que possuem a descrição de conduta indeterminada, dependente de um complemento, extraído de outra fonte legislativa extrapenal, para obter sentido e poder ser aplicada.
- d) a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

27. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional; para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- b) desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia.
- c) a omissão é penalmente relevante

quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem: (i) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; (ii) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; (iii) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

- d) diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma pela desistência do agente em prosseguir na execução.

28. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.  
b) não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.  
c) é isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.  
d) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, inclusive quando elementares do crime.

29. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) constitui crime de moeda falsa quando o agente, recebendo uma cédula de boa-fé, após saber que a mesma era falsa, para não sofrer prejuízo, a repassa a terceiros, colocando-a em circulação.  
b) constitui crime de corrupção passiva apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou

desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

- c) a prescrição, para ser reconhecida, não pode ser decretada de ofício, necessitando de provocação das partes.  
d) constitui crime de concussão solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

30. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.  
b) constitui crime de responsabilidade dos prefeitos municipais, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título.  
c) constitui crime de “lavagem” de capitais ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime ou contravenção penal.  
d) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n.º 9.099/95 e da Lei n.º 10.259/01, as contravenções penais e

os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, cumulada ou não com multa.

31. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a condenação por crime de tortura praticado por agente público acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- b) os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça e indulto, e a pena nesses casos será cumprida integralmente em regime fechado.
- c) constitui crime de extorsão constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.
- d) constitui crime de roubo subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

32. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) as penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo.
- b) quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como

continuação do primeiro, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

- c) a pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.
- d) o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos.

33. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) são efeitos da condenação a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, ou quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos.
- b) o curso da prescrição interrompe-se pelo recebimento da denúncia ou da queixa.
- c) constitui crime de feminicídio o assassinato contra a mulher quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- d) constitui crime de assédio moral constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

**PROCESSO PENAL**

34. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) no Brasil, a garantia da não autoincriminação assegura ao investigado não só o direito ao silêncio, como também o direito de não falar a

verdade.

- b) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito policial, caso o Ministério Público não ofereça denúncia no prazo legal.
- c) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- d) a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

35. Sobre o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a proposta de acordo é cabível, em tese, na hipótese de não ser caso de arquivamento e quando o investigado tenha confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima igual ou inferior a 5 (cinco) anos.
- b) para aferição da pena mínima cominada ao delito e proposta do acordo, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.
- c) não se aplica o acordo se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas.
- d) para a sua celebração, o investigado deverá renunciar à garantia da não autoincriminação.

36. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- c) a restituição das coisas apreendidas no processo, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.
- d) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo vedado ao juiz, por força do sistema acusatório, a produção de qualquer prova ou diligência de ofício, antes ou depois de iniciada a ação penal.

37. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito; não será vedada à testemunha, entretanto, breve consulta a apontamentos.
- b) a todo tempo o juiz poderá proceder a novo interrogatório de ofício ou a pedido fundamentado de qualquer das partes.
- c) havendo mais de um acusado, serão interrogados conjuntamente, podendo ser designado um só advogado para ambos, independentemente da versão que cada um deles traga ao processo.
- d) em caso de desrespeito à norma processual, o ato será declarado nulo, por ofensa ao princípio do devido processo legal, salvo se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa, segundo o princípio "*pas de nullité sans grief*".

38. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (i) maior de 80 (oitenta) anos; (ii) extremamente debilitado por motivo de doença grave; (iii) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; (iv) gestante; (v) mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (vi) homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.
- b) a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, sendo admitida, dentre outras hipóteses, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.
- c) decretada a prisão preventiva, deverá ela ser mantida por prazo indeterminado, prescindindo-se inclusive de revisão judicial ulterior da sua necessidade, salvo se a defesa apresentar elementos novos para reapreciação da questão.
- d) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

39. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) consoante o Código de Processo Penal, o Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
- b) consoante o Código de Processo Penal, no caso de concurso de agentes, a

decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará ao(s) outro(s).

- c) consoante o Código de Processo Penal, caberá recurso em sentido estrito da decisão que concluir pela incompetência do juízo.
- d) consoante o Código de Processo Penal, caberá apelação da decisão que não receber a denúncia ou a queixa.

40. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- b) são também inadmissíveis no processo as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras; considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- c) somente as autoridades policiais e seus agentes poderão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- d) quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.



